

APRESENTAÇÃO¹

A 39ª edição do *Boletim de Economia e Política Internacional* traz cinco artigos que tratam de temas diversos, como economia circular, transição energética, cooperação internacional para o desenvolvimento e integração financeira. Esperamos, com a publicação desses trabalhos, contribuir, em âmbito mais restrito, para os debates sobre políticas públicas com interface internacional e, de modo mais amplo, para o fortalecimento da inserção do Brasil no mundo.

Em 2024, o Brasil assumiu, pela primeira vez, a presidência do Grupo dos Vinte, mais conhecido pela sigla G20. Com o poder de definir a agenda em mãos, três prioridades foram estabelecidas pela presidência brasileira: i) inclusão social e combate à fome e à pobreza; ii) desenvolvimento sustentável, transição energética e ação climática; e iii) reforma das instituições de governança global.

O tema da transição energética, frequentemente acompanhado do qualificativo *justa*, aparece diversas vezes na Declaração dos Líderes do G20² emitida durante a cúpula do Rio de Janeiro, ocorrida em 18 e 19 de novembro de 2024. Conquanto documentos como este representem, na melhor das hipóteses, muito mais uma carta de intenções do que a assunção de compromissos efetivos, não deixa de ser positiva a menção a mecanismos de financiamento que possam auxiliar as nações menos desenvolvidas a adotar ações voltadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas e à transição para uma economia de baixo carbono. O documento também enfatiza a importância de se adotar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, com ampliação da reciclagem e do reuso e redução do desperdício de recursos. Em sintonia com a agenda da presidência brasileira, a economia circular e a transição energética são os temas dos dois primeiros artigos desta edição do boletim.

Assinado por Jennyfer Ferreira da Silva e Michelle Márcia Viana Martins, o primeiro artigo avalia em que medida o comércio internacional, incluindo a regulação multilateral e as políticas comerciais domésticas, podem ajudar ou dificultar a transição do tradicional modelo linear de produção e consumo para um modelo de economia circular. Segundo as autoras, trata-se de uma relação de mão dupla: por um lado, o comércio internacional pode facilitar o acesso dos países em desenvolvimento a práticas sustentáveis e tecnologias avançadas disponíveis nos países de alta renda; por outro, a constituição de cadeias globais de valor circulares pode impulsionar os fluxos comerciais, especialmente de bens e materiais que possam ser remanufaturados, reciclados e/ou reutilizados, reduzindo-se, assim, o desperdício e a necessidade de exploração de novos recursos. Todavia, um risco apontado no texto é o de que países de menor desenvolvimento venham a se tornar destino de resíduos tóxicos e paraísos de poluição. Para contornar este e outros problemas, propõe-se maior cooperação internacional para a harmonização de políticas e de regulamentações.

A China pode ser um catalizador da transição energética na América Latina? Essa é a pergunta que Carlos Renato Ungaretti, Ticiane Gabrielle Amaral Nunes e Marco Aurélio Alves de Mendonça buscam responder no segundo artigo. Conforme os autores, os países atualmente se deparam com o chamado “trilema” da energia, que impõe a necessidade de constituir sistemas que sejam, ao mesmo

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi39apresenta>

2. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/declaracao-de-lideres-do-g20-brasil/g20-rio-de-janeiro-leaders-declaration-pt-22112024.pdf/@download/file>.

tempo, sustentáveis, seguros e acessíveis à população. Uma dificuldade prática, no entanto, é mensurar o desempenho dos países em objetivos tão distintos. No trabalho, os autores recorrem ao Índice de Transição Energética do Fórum Econômico Mundial, pois, segundo eles, tal indicador possibilita observar não apenas o desempenho atual dos sistemas de energia dos países como, também, as suas capacidades para efetivar caminhos de transição energética, levando em conta as três dimensões constitutivas do “trilema” da energia. Conforme o estudo, o principal obstáculo enfrentado atualmente pela China reside na dimensão da sustentabilidade, uma vez que sua matriz energética ainda é bastante dependente do carvão. Todavia, o país vem avançando mesmo neste quesito, com o incremento da participação das fontes eólica e solar. Também é notável o desenvolvimento das indústrias chinesas que fabricam equipamentos para tais segmentos, além de baterias e veículos elétricos. A América Latina, por sua vez, se destaca pela matriz energética relativamente limpa, porém se depara com grandes desafios em termos de equidade e segurança. Destaca-se a necessidade de atração de investimentos externos e de modernização das redes para acomodar crescentes quantidades de fontes intermitentes de energia. Considerando a liderança da China na área, que hoje responde por grande parte da produção global de bens e serviços relacionados à transição energética, os autores enxergam elevado potencial para o aprofundamento da cooperação do gigante asiático com a América Latina, com aumento dos investimentos em tecnologias verdes e na geração de energia a partir de fontes renováveis.

A cooperação chinesa para o desenvolvimento no sudeste asiático no período pós-Revolução Comunista é o tema do terceiro artigo, assinado por Guilherme de Oliveira Schmitz. Com base em revisão bibliográfica, o autor identifica cinco fases nessa cooperação. A primeira, que abrange o período 1949-1978, é caracterizada pelo isolamento e pela desconfiança dos países da região em relação à China, devido ao apoio desta aos movimentos revolucionários comunistas que proliferavam no sudeste asiático. A segunda, que vai de 1978 a 1989, coincide com a fase inicial da abertura chinesa ao comércio e ao investimento externo. Nesse período, a China reatou laços diplomáticos com vários países da região. Conforme a delimitação proposta no artigo, a terceira fase se estende até 2001, e é marcada pela proliferação de disputas territoriais, como aquelas concernentes às Ilhas Spratly, arquipélago localizado no mar do Sul da China que é reivindicado por vários países. A quarta fase, caracterizada, segundo o autor, por uma “política de boa vizinhança”, se estende até 2013. Nesse período, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio, expandiu a formalização de parcerias econômicas e tornou-se o principal parceiro comercial, além de investidor cada vez mais importante, das nações do sudeste asiático. Como descrito no artigo, foi também nesse período que a política externa da China se tornou mais assertiva e mais reativa àquilo que era percebido como ofensas aos interesses nacionais. Finalmente, a quinta fase teve início em 2013, ano em que foi lançada a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) – ou Nova Rota da Seda – e se estende até os dias atuais. O cerne da BRI são os elevados investimentos em infraestrutura conduzidos por empresas chinesas no exterior, geralmente com financiamento por parte de bancos chineses e, muitas vezes, o emprego de mão de obra do país. Esses projetos no exterior têm sido importantes para preencher o excesso de capacidade instalada erigido pela indústria chinesa ao longo de décadas de taxas de investimento excessivamente elevadas.

O quarto artigo, escrito por Fernanda Moreira Lins e Laís de Oliveira Cavalcante, recobra o histórico de envolvimento do Brasil com o Ártico, região que, por conta de fatores ambientais, econômicos e geopolíticos, vem atraindo crescente interesse não apenas de países com territórios lá localizados como também de nações longínquas. Atualmente existem diversos mecanismos formais

e informais que buscam promover a governança do Ártico. Conforme o artigo, apesar da distância entre o Brasil e o Ártico, o país tem ampliado sua penetração na governança daquela região. Com base em entrevistas com os principais atores envolvidos no processo, as autoras demonstram que a ciência e a diplomacia científica funcionaram como porta de entrada do Brasil no Ártico. O artigo descreve em detalhes como se deu a participação pioneira de cientistas e pesquisadores brasileiros nos mecanismos de governança do Ártico, o início do engajamento de atores estatais até a formalização, em 2021, do Grupo Técnico sobre Atividades no Ártico, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro, que é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Fechando esta edição, o quinto artigo, de autoria de Pedro Silva Barros, Sofia Escobar Samurio e Leandro Fontes Corrêa, resgata a trajetória do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças (CSEF) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e aponta o seu legado para a superação dos desafios da estrutura financeira da América do Sul. Após uma breve introdução na qual repassam o histórico de iniciativas de integração no subcontinente, os autores se debruçam sobre as atividades do CSEF, constituído em 2011, três anos após a criação da Unasul, e de seus três grupos de trabalho, dedicados aos temas de: i) reservas internacionais; ii) convênios de pagamentos e créditos recíprocos; e iii) incentivo ao comércio intrarregional e à integração socioprodutiva. O texto possui caráter bastante descritivo, com relatos detalhados das atividades desenvolvidas no âmbito de cada uma dessas instâncias, desde a criação do CSEF, até seu virtual desmantelamento, a partir de 2017, ano em que o processo de integração sul-americano entrou em crise, que culminou em debandada da maior parte dos membros da Unasul nos anos seguintes. Quanto ao legado, os autores ressaltam tanto as formulações e propostas advindas dos diversos grupos de trabalho como a própria experiência de edificação de uma instituição voltada à integração regional em temas econômicos e financeiros.

André Gustavo de Miranda Pineli Alves

Editor

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea).

